



CONCURSO PÚBLICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ÂNGELO

CARGO

PROCURADOR

1º.9.2019

Esta prova consta de 30 (trinta) questões, assim distribuídas:

- Conhecimentos Específicos e Atribuições do Cargo..... 25 questões
- Legislação..... 5 questões

ATENÇÃO

1. Confira o total das questões. Qualquer irregularidade, comunique ao fiscal antes de iniciar a prova.
2. **O cartão contém duas partes:**
 1. **Uma é para assinalar as respostas**, devidamente desidentificada.
 2. **A outra com a identificação do candidato. Nesta parte**, confira seus dados (nº de inscrição, nome e cargo) e **assine no local indicado**.
3. As duas partes não podem ser destacadas uma da outra, as quais deverão ser entregues ao fiscal de sala.
4. Assinale apenas UMA resposta para cada questão objetiva.
5. Ao passar para o cartão-resposta, negrite a quadrícula na linha e coluna correspondentes à resposta correta. É vedada qualquer marca que não seja na quadrícula correspondente à resposta do candidato. Caso isso ocorra, o candidato estará automaticamente desclassificado.
6. A interpretação das questões é parte integrante da prova.
7. Questão rasurada será anulada.
8. A duração da prova é de 3h (três horas), incluindo o tempo para o preenchimento do cartão-resposta.

BOA PROVA!

Nº DE INSCRIÇÃO

NOME



Conhecimentos Específicos e Atribuições do Cargo

1. Ao normatizar o direito de reunião, a Constituição Federal de 1988:
 - A.() Garante a realização de manifestação pública para reivindicar certas medidas político-econômicas, independentemente de autorização ou prévia comunicação à autoridade administrativa competente.
 - B.() Não proíbe o Poder Público de impedir a realização de manifestação pública com cidadãos munidos de arma de fogo.
 - C.() Não autoriza o Poder Público de impedir a realização de manifestação pública em virtude de outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local/espço.
 - D.() Não apresenta nenhum condicionante aos limites do exercício da liberdade de reunião

2. Considere um português equiparado, na forma do art. 12, § 1º, da Constituição, em razão de sua nacionalidade, e marque a alternativa correta.
 - A.() Pode concorrer a Presidente da República, mantém a nacionalidade portuguesa e os direitos políticos em Portugal.
 - B.() Pode concorrer a Prefeito, mantém a nacionalidade portuguesa e tem os direitos políticos suspensos em Portugal.
 - C.() Pode concorrer a Prefeito, deve se naturalizar brasileiro e perde os direitos políticos em Portugal.
 - D.() Não possui direitos políticos, atributo apenas dos nacionais.

3. “A” foi condenado à pena de prisão por 09 anos pelo crime de roubo e “B” à pena de 12 anos pelo crime de homicídio doloso, ambos por sentença penal transitada em julgado, proferida por juízo competente que lhes garantiu a ampla defesa e o contraditório. “A” ficou preso por 09 anos e 03 meses. “B” foi solto após 03 anos de prisão, uma vez que se comprovou que o homicídio foi cometido por outra pessoa. Na situação hipotética, de acordo com a Constituição Federal, está correto o que se afirma na alternativa:
 - A.() Cabe ao Estado indenizar “A” pelo tempo que ficou preso além do tempo fixado na sentença, mas não cabe indenização em favor de “B” por erro judiciário, vez que ele foi preso em razão de sentença transitada em julgado, proferido em processo que lhe garantiu a ampla defesa e o contraditório.
 - B.() Cabe ao Estado indenizar “A” pelo tempo que ficou preso além do tempo fixado na sentença e indenizar “B” por erro judiciário.
 - C.() Não é cabível indenização em favor de “A” e de “B”, uma vez que ambos foram presos em razão de sentença transitada em julgado, proferida em processo que lhes garantiu a ampla defesa e o contraditório.
 - D.() Cabe ao Estado indenizar “A” pelo tempo que ficou preso além do tempo fixado na sentença, mas não cabe indenização em favor de “B” por erro judiciário, uma vez que a CF não prevê a responsabilidade do Estado por atos judiciais.



4. "X", com 30 anos de idade, pela segunda vez consecutiva no exercício do mandato de Vereador, filho de Governador do Estado em que possui domicílio eleitoral, poderá, à luz da Constituição Federal, candidatar-se, na esfera e nas condições corretamente descritas na alternativa:
- A.() Municipal, à reeleição para Vereador, apenas, sem precisar para tanto renunciar ao respectivo mandato.
 - B.() Municipal, à reeleição para Vereador ou a Prefeito, devendo, neste último caso, renunciar ao respectivo mandato até seis meses antes do pleito.
 - C.() Estadual, a Deputado Estadual, mas não a Governador do Estado, estando ainda impossibilitado de concorrer a mandatos na esfera municipal.
 - D.() Estadual, a Governador do Estado, mas não a Deputado Estadual, estando ainda impossibilitado de concorrer a mandatos na esfera municipal.

5. Sobre o Mandado de Segurança, considere:

- I. O partido "X" possui representação no Congresso Nacional.
- II. O partido "Y" não possui representação no Congresso Nacional, mas, sim, representação em Assembleia Legislativa e em Câmara de Vereadores.
- III. A Associação "A" legalmente constituída e em funcionamento há onze meses em defesa dos interesses de seus associados.
- IV. A Associação "B", legalmente constituída e em funcionamento há dois anos, visa defender interesse que não possui pertinência temática com o interesse de seus associados.

De acordo com o Texto Constitucional, o Mandado de Segurança coletivo poderá ser impetrado APENAS nas hipóteses indicadas em:

- A.() I e IV apenas.
- B.() II e IV apenas.
- C.() II e III apenas.
- D.() I apenas.

6. Considere:

- I. No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular. Nesse caso, mesmo se houver dano, não será cabível indenização ao proprietário.
- II. Os direitos fundamentais assegurados pela Constituição vinculam diretamente os poderes públicos (relação vertical) e podem ser direcionados também à proteção dos particulares em face dos poderes privados (relação horizontal).
- III. É válida a prova de um crime, descoberta acidentalmente durante a escuta telefônica autorizada judicialmente, para apuração de crime diverso.
- IV. Por força de comando constitucional, a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, dar-se-á sempre mediante justa e prévia indenização em dinheiro.

De acordo com a Constituição Federal e o Supremo Tribunal Federal, as assertivas corretas são:

- A.() I e IV apenas.
- B.() II e III apenas.
- C.() II e IV apenas.
- D.() I e III apenas.



7. No âmbito da competência legislativa concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais; inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades. Nesse sentido, caso ocorra a superveniência de lei federal sobre normas gerais, está correto o que se dispõe na alternativa:
- A.() Revogará, integralmente, a lei estadual.
B.() Suspenderá a eficácia da lei estadual apenas no que lhe for contrário.
C.() Manterá a eficácia da lei estadual, mesmo contrariando dispositivos da lei federal, tendo em vista a independência entre os entes federativos.
D.() Suspenderá, integralmente, a eficácia da lei estadual.
8. As assertivas a seguir apresentam características do modelo de Estado Federativo adotado pelo Brasil, à exceção de uma. Assinale-a.
- A.() Repartição constitucional de competências entre a União, Estados-Membros, Distrito Federal e Municípios.
B.() Possibilidade de intervenção federal nos Estados-Membros e no Distrito Federal, para manutenção do equilíbrio federativo.
C.() Atribuição de autonomia constitucional aos Estados-Membros, Distrito Federal e Municípios, podendo tais entes organizar seus poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário, na forma de suas constituições respectivas.
D.() Indissolubilidade do pacto federativo, não sendo permitida a aprovação de emenda constitucional tendente a abolir a forma federativa de Estado.
9. Considerando os itens **a** e **b** a seguir, marque a alternativa correta:
- a) Consulta popular para criação de um novo município.
b) População consultada para esse processo de busca de emancipação.
- A.() a) Plebiscito; b) só do distrito interessado.
B.() a) Referendo; b) a população diretamente interessada.
C.() a) Plebiscito; b) a população do(s) município(s) envolvido(s).
D.() a) Referendo; b) só do distrito interessado.
10. Sobre a Lei Municipal, que dispõe sobre regras de panfletagem e de propaganda comercial nos logradouros públicos da cidade, marque a alternativa correta.
- A.() É inconstitucional, tendo em vista que compete exclusivamente à União legislar sobre propaganda comercial.
B.() É constitucional, tendo em vista que a competência para legislar sobre a matéria é concorrente entre a União, Estados-Membros e Municípios.
C.() É constitucional, tendo em vista que é assunto de interesse local.
D.() É inconstitucional, tendo em vista que a regulamentação de propaganda comercial pertence aos Estados.
11. Com relação à autonomia municipal, à luz das normas constitucionais, assinale a alternativa correta.
- A.() O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará.
B.() Um projeto de lei de iniciativa popular, baseado em interesse local, depende de, pelo menos, dois por cento do eleitorado.
C.() O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de trinta dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, e promulgada pelo Prefeito Municipal.
D.() O Município pode criar, na respectiva lei orgânica, imunidades formais em relação aos vereadores.



12. Caso determinado Município descumpra ordem judicial, a Constituição prevê, como consequência, o disposto de forma correta na alternativa:
- A.() A suspensão dos direitos políticos do Prefeito Municipal.
 - B.() A intervenção estadual, por meio de reclamação constitucional, decretada pelo Superior Tribunal de Justiça.
 - C.() A intervenção estadual, por meio de representação, a ser determinada pelo Tribunal de Justiça.
 - D.() A intervenção federal, por meio de reclamação constitucional, a ser decretada pelo Supremo Tribunal Federal.
13. As limitações constitucionais ao poder de tributar constituem verdadeiros direitos e garantias do cidadão. Entretanto, alguns tributos não estão sujeitos à incidência de alguns dos princípios constitucionais tributários. Sobre o princípio da anterioridade nonagesimal, assinale a alternativa em que ambos os tributos indicados sejam exceção à aplicação desse princípio.
- A.() Imposto de renda e imposto sobre produtos industrializados.
 - B.() Imposto de renda e empréstimo compulsório para atender a despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência.
 - C.() Imposto sobre produtos industrializados e empréstimo compulsório no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional.
 - D.() Imposto sobre produtos industrializados e imposto de importação.
14. Acerca das taxas, segundo a Constituição Federal, o Código Tributário Nacional e o posicionamento adotado pelo Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa incorreta.
- A.() Não viola a Constitucional Federal a taxa cobrada pelo município exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis.
 - B.() O serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa.
 - C.() É inconstitucional a adoção, no cálculo do valor da taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, mesmo que não haja integral identificação entre uma base e outra.
 - D.() As taxas cobradas pela União, Estados, Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto a sua disposição.
15. Das alternativas abaixo, indique a que contém os entes políticos que possuem competência para instituir contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública.
- A.() Municípios e Distrito Federal.
 - B.() Estados e Municípios.
 - C.() Distrito Federal e Estados.
 - D.() Estados, Distrito Federal e Municípios.
16. Sobre o instituto da remessa necessária, marque a alternativa correta.
- A.() Cabe a remessa necessária da sentença proferida contra os municípios, que não sejam sede de capital, cujo valor líquido e certo for igual ou superior a 100 salários mínimos.
 - B.() Cabe a remessa necessária da sentença proferida contra os Estados, cujo valor líquido e certo for igual ou superior a 200 salários mínimos.
 - C.() Cabe a remessa necessária da sentença que julgar improcedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução fiscal.
 - D.() Cabe a remessa necessária de acórdão proferido contra a União, nas condenações cujo valor líquido e certo for igual ou superior a 1.000 salários mínimos.



17. Sobre o lançamento, decadência e a prescrição do crédito tributário, segundo o texto do Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta.
- A.() O crédito tributário é constituído por meio do lançamento, cuja competência é atribuída à administração pública e aos contribuintes, como ocorre, por exemplo, na modalidade do lançamento por homologação, em que o próprio contribuinte constitui o crédito tributário.
 - B.() A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em dez anos, contados da data da sua constituição definitiva.
 - C.() O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após três anos, contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
 - D.() Dentre outras hipóteses previstas na lei, a prescrição do crédito tributário se interrompe pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal.
18. Acerca da tutela provisória no Código de Processo Civil, é incorreto o que se afirma na alternativa:
- A.() A tutela provisória conserva sua eficácia na pendência do processo, mas pode, a qualquer tempo, ser revogada ou modificada.
 - B.() A tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental.
 - C.() A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
 - D.() Para a concessão da tutela da evidência é necessária a demonstração do perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo.
19. Acerca das questões atinentes às normas e aos entendimentos dos Tribunais Superiores relacionados com a prática tributária, assinale a alternativa correta.
- A.() Conforme entendimento pacificado no Superior Tribunal de Justiça, em regra, presume-se dissolvida irregularmente a empresa que modificar o seu domicílio fiscal, sem prévia comunicação aos órgãos competentes, legitimando assim o redirecionamento da execução fiscal para os sócios e diretores da empresa, inclusive contra aqueles que não exercem poderes de gerência.
 - B.() Conforme o texto da Lei 6.830/1980, o prazo para interposição dos embargos à execução fiscal, em havendo penhora de bens, é de 30 dias contados da data da juntada do mandado de citação aos autos do processo.
 - C.() Conforme o texto da Lei 6.830/1980, se antes da decisão de primeira instância a inscrição de Dívida Ativa for, a qualquer título, cancelada, a execução fiscal será extinta, sem qualquer ônus para as partes.
 - D.() A ação competente para a cobrança dos débitos tributários é a execução fiscal, cujo título executivo é a certidão de dívida ativa- CDA que, por sua vez, é um título executivo judicial.
20. No que tange aos impostos, assinale a alternativa correta.
- A.() Segundo a Constituição Federal, pode-se afirmar que, quando o município optar em arrecadar e fiscalizar o imposto territorial rural- ITR de seu território, ocorre o fenômeno da delegação de competência da União em favor do Município.
 - B.() Disposição constante no Código Tributário Municipal, que fixe alíquotas diferentes para o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana- IPTU, pelo fato do imóvel ser de utilização residencial, comercial ou industrial, não fere a Constituição Federal.
 - C.() Por se tratar de um imposto de competência dos municípios, pode-se afirmar que, em relação ao imposto sobre serviços- ISS, os municípios gozam de total autonomia para fixarem as suas respectivas alíquotas, não havendo, assim, alíquotas máximas fixadas em lei federal.
 - D.() Conforme disciplina a Constituição Federal, sobre a prestação de serviços de comunicação e de transporte municipal, intermunicipal e interestadual, incide o imposto sobre circulação de mercadorias e serviços- ICMS, de competência dos Estados.



21. Sobre o imposto de transmissão de bens imóveis- ITBI, assinale a alternativa correta.
- A.() Na transmissão de um bem imóvel por doação, em regra, incidirá o ITBI, conforme se depreende do texto da Constituição Federal.
 - B.() Em caso de aquisição de um bem imóvel localizado na cidade de Torres, por pessoa residente e domiciliada em Santo Ângelo, o ITBI deverá ser recolhido aos cofres públicos do município de domicílio do adquirente, conforme expressa previsão constitucional.
 - C.() No caso de transmissão onerosa de bem imóvel localizado em área rural, é vedada a cobrança do ITBI, tendo em vista que os imóveis rurais estão sujeitos à incidência de ITR, cuja competência é da União.
 - D.() O ITBI não incide sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.
22. Acerca das alternativas abaixo apresentadas, assinale a incorreta.
- A.() Conforme o Código Tributário Nacional, na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial.
 - B.() A partir dos critérios fixados pelo Código Tributário Nacional, para a interpretação do fato gerador, pode-se afirmar que é expressamente vedada a cobrança de tributo cujo fato gerador diga respeito a negócio jurídico posteriormente invalidado, ou que diga respeito à renda, ou à propriedade de bens adquiridos com valores obtidos por meios ilícitos.
 - C.() A obrigação tributária principal surge com a ocorrência do fato gerador, e tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.
 - D.() A obrigação tributária acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.
23. O regime jurídico administrativo se sustenta em dois princípios que lhe dão conteúdo para atender ao interesse público. Esses princípios estão corretamente descritos na alternativa:
- A.() Supremacia do interesse público sobre o privado e a indisponibilidade, pela Administração, dos interesses públicos.
 - B.() Publicidade e indisponibilidade, pela Administração, dos interesses públicos.
 - C.() Legalidade e indisponibilidade, pela Administração, dos interesses públicos.
 - D.() Executoriedade e supremacia do interesse público sobre o privado.
24. Contar-se-á apenas para efeito de aposentadoria e disponibilidade o item citado na alternativa:
- A.() Férias.
 - B.() Exercício de cargo em comissão ou equivalente.
 - C.() Tempo de serviço público prestado à União, aos Estados, Municípios e Distrito Federal.
 - D.() Missão ou estudo no exterior, quando autorizado o afastamento.
25. Com relação ao processo administrativo disciplinar, os atos e o processo se vinculam obrigatoriamente a princípios constitucionais, dos quais se tem, como EXCEÇÃO, o princípio do item citado corretamente na alternativa:
- A.() Moralidade.
 - B.() Economicidade.
 - C.() Legalidade.
 - D.() Publicidade.



Legislação

26. Importam em responsabilidades (art. 87 da Lei Orgânica de Santo Ângelo) os atos do Prefeito ou do Vice-Prefeito que atentam contra as Constituições Federal, Estadual e, especialmente, os das alternativas a seguir, com exceção do item da alternativa:
- A. A proibidade na administração.
 - B. O livre exercício dos poderes constituídos.
 - C. A imposição de vetos a projetos de leis aprovados pelo Poder Legislativo.
 - D. O cumprimento das leis e das decisões judiciais.
27. A Lei Orgânica (artigos 84 e 85), ao tratar das atribuições do Prefeito, distingue entre a competência privativa e a simples competência. São competências privativas do Prefeito as seguintes, exceto:
- A. Elaborar e apresentar à Câmara projeto de emenda à Lei Orgânica do município.
 - B. Representar o município em juízo ou fora dele.
 - C. Nomear e exonerar os secretários municipais.
 - D. Vetar projetos de lei, total ou parcialmente.
28. Sobre a administração pública do município de Santo Ângelo, considere as seguintes afirmações, colocando V para as verdadeiras e F para as consideradas falsas:
- No que tange à administração, o município de Santo Ângelo rege-se pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e participação popular nas decisões.
 - Para os cidadãos munícipes obterem informações sobre assuntos referentes à administração pública municipal, faz-se necessária a anuência prévia do chefe do poder executivo.
 - Todas as medidas do poder público municipal de grande repercussão na comunidade devem ser discutidas com as entidades representativas do município.
 - A administração pública direta ou indireta não está proibida de contratar empresas que façam uso do trabalho infantil ou outras práticas ilegais na administração da mão de obra.
- Está correta a sequência de V e F representada pela letra:
- A. V, V, F, F.
 - B. F, V, F, F.
 - C. F, F, V, F.
 - D. V, F, V, F.
29. Remoção é o deslocamento do servidor de uma para outra repartição. Sobre o tema, com base no artigo 42 e seguintes do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais de Santo Ângelo, leia e considere as seguintes colocações, marcando com F as falsas e com V para as consideradas verdadeiras:
- A remoção ocorrerá a pedido, atendida a conveniência do servidor ou de ofício, no interesse da administração, devidamente justificada.
 - Não cabe ao servidor removido o pedido de revisão do ato, mesmo diante de grave prejuízo ao mesmo.
 - A remoção será feita por ato da autoridade competente.
 - A remoção por permuta será precedida de requerimento firmado por ambos os interessados.
- Está correta a sequência de V e F representada pela letra:
- A. V, F, V, V.
 - B. F, F, V, V.
 - C. V, V, F, V.
 - D. F, V, F, F.
30. A investidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, quando invalidada a sua demissão por decisão judicial, com ressarcimento de todas as vantagens, chama-se de acordo com a alternativa:
- A. Posse.
 - B. Nomeação.
 - C. Reintegração.
 - D. Readaptação.